

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 102.362 - MG (2018/0221865-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : UILSON MORAIS DA ANUNCIACAO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por UILSON MORAIS DA ANUNCIACÃO contra acórdão oriundo do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.18.069649-4/000).

Depreende-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante, acusado de praticar a conduta descrita no art. 155, § 4º, II, do Código Penal. A prisão foi convertida em preventiva.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 140):

HABEAS CORPUS - FURTO QUALIFICADO - PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM CUSTÓDIA PREVENTIVA - DECISÃO FUNDAMENTADA - PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA DELITIVA PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS DO ART. 312 DO CPP - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INADEQUAÇÃO - CONCESSÃO DO WRIT POR PRESUNÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E PRISÃO PROCESSUAL - COMPATIBILIDADE - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - INSUFICIÊNCIA - AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

1. A decisão que converteu a prisão em flagrante do Paciente em custódia preventiva encontra-se devidamente fundamentada, ancorando-se nos ditames do art. 93, inc. IX, da Constituição Federal, e dos arts. 310, 312 e 313, todos do Código de Processo Penal.

2. A presença nos autos de prova da materialidade e indícios suficientes da autoria do delito imputado ao Paciente aponta para a necessidade da manutenção da custódia cautelar, especialmente para garantir a ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

3. A prisão preventiva se justifica pela presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, além da aplicação do art. 313, inc. I, do mesmo Diploma Legal, já que o delito em questão é doloso e punido com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro (04) anos.

4. As medidas cautelares diversas da prisão preventiva revelam-se inadequadas e insuficientes para resguardar a ordem pública, em face das circunstâncias do caso, da gravidade do crime e do risco de reiteração delitiva.

5. É impossível fazer ilações sobre a perspectiva de pena in concreto, uma vez que a fixação desta, assim como do regime prisional, decorre da ponderação dos elementos de prova a serem produzidos na instrução criminal e, além disto, esta é uma questão que dependerá da análise completa das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, no momento de prolação da Sentença, sendo, portanto, inviável a concessão de Habeas Corpus por presunção.

6. A prisão processual não é incompatível com a presunção de inocência e nem impõe ao Paciente uma pena antecipada, porque não deriva do reconhecimento da culpabilidade, mas, sim, de sua periculosidade, seja para a garantia da ordem pública, seja para a futura aplicação da lei penal, razão pela qual não há de se cogitar em violação do mencionado princípio constitucional.

7. A existência de condições pessoais favoráveis, por si só, não é suficiente para autorizar a concessão da liberdade provisória, já que tais condições devem ser analisadas diante do contexto dos autos.

Daí a presente irresignação na qual alega a defesa que a decisão que decretou a prisão preventiva do recorrente carece de fundamentação concreta.

Requer, liminarmente, seja determinada a expedição de alvará de soltura em favor dele.

O pleito urgente foi indeferido (e-STJ fls. 177/179).

Informações prestadas às e-STJ fls. 183/184, 190/223 e 229/263.

Parecer ministerial pela prejudicialidade do recurso (e-STJ fls. 225/227).

É, em síntese, o relatório.

Consoante informações prestadas pelo Juízo da 10ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte (MG) e conforme consta do parecer ministerial, nos autos da Ação Penal n. 0698839-72.2018.8.13.0024, em 16/10/2018, foi prolatada sentença condenatória pelo Juízo de piso em desfavor do recorrente, mas, não obstante, foi expedido alvará de soltura em seu favor.

Dessarte, é patente que o presente recurso está prejudicado, haja vista a

perda superveniente de objeto.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

